

veja nesta edição do telebrasil em foco

O currículo do atual ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

INSTITUCIONAL

TELEBRASIL registra: Paulo Bernardo Silva, ministro das Comunicações



Paulo Bernardo Silva, desde primeiro de janeiro deste ano, assumiu a pasta das Comunicações no Governo Dilma Rousseff, eleita 36ª presidente do Brasil. Ele é o 19º ministro que cuida das Comunicações desde a criação do Ministério, e o oitavo, a partir da privatização das telecomunicações. Assumiu a pasta no lugar de José Artur Filardi, ex-chefe de gabinete do ex-ministro Hélio Costa. Veja aqui.

A seguir, o *curriculum vitae* oficial do novo ministro das Comunicações Paulo Bernardo.

Paulo Bernardo Silva nasceu, em 10 de março de 1952, na cidade de São Paulo (SP). Bancário, foi eleito deputado federal pelo PT do Paraná para a primeira legislatura de 1991 a 1995. Foi reeleito, em 1994, para o segundo mandato, no qual foi vice-líder do PT e presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Em 1999, assumiu o cargo de secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul, onde permaneceu até o fim de 2000. Foi ainda secretário de Fazenda do município de Londrina, de janeiro de 2001 a março de 2002.

Em 2002, foi eleito para o seu terceiro mandato, ocupando cargos de destaque na Câmara Federal. Foi, novamente, vice-líder do PT e presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Licenciou-se em março 2005 para assumir o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em primeiro de janeiro de 2011, tomou posse como ministro das Comunicações.

Carreira legislativa

O atual ministro das Comunicações é um político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1985. Foi vice-líder do PT de 1995 a 1998 e de 2003 a 2004. Funcionário do Banco do Brasil, entrou na política pelo sindicalismo.

Na Câmara dos Deputados, Paulo Bernardo Silva se elegeu, pelo PT e pelo Estado do

Paraná, para três mandatos de deputado federal: de 1991 a 1995, no denominado Congresso Revisor; de 1995 a 1999 (*posse em 01/02/1995*); e de 2003 a 2007 (*posse em 01/02/2003*).

Licenciou-se do mandato de deputado federal na legislatura 1995-1999, para assumir o cargo de secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul (*01/01/1999 a 13/12/2000*). Na legislatura 2003-2007, licenciou-se do mandato de deputado federal para assumir o cargo de ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 22 de março de 2005.

Atividades parlamentares

No Congresso Nacional, o deputado federal Paulo Bernardo Silva participou das **comissões mistas** de "Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização", como vice-presidente, titular e suplente (1992) e como titular, na de "Utilização dos Dividendos e do Superávit Financeiro de Fundos e Entidades da Administração Pública Federal Indireta". Foi suplente na CPMI (*Comissão Parlamentar de Inquérito*) sobre "evasão de divisas".

O parlamentar foi titular das **Comissões Permanentes** de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Defesa do Consumidor; de Fiscalização e Controle (1995), onde também foi suplente; de Legislação Participativa (2005); e de Seguridade Social e Família (1993), onde também foi suplente. Participou, como suplente, nas de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (2005); de Economia, Indústria e Comércio; de Educação, Cultura e Desportos; de Orçamento, Relações Exteriores e de Defesa Nacional; do Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Viação e Transportes. Foi presidente, titular e suplente na Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Controle; e segundo vice-presidente, titular (1991/1992, 2005) e suplente na de Finanças e Tributação.

Nas **Comissões Especiais** da Câmara dos Deputados, Paulo Bernardes foi titular (*em 1992*) na de "Externa, Fiscalização, Controle dos Atos do Poder Executivo" e suplente na de Legislação Eleitoral e Partidária.

O parlamentar participou, como titular, de várias **PECs** (*Proposta de Emenda à Constituição*) como as de Reforma Tributária (*PEC 41/03; 228/04*); Fundo Social de Emergência (*163/95*); Remuneração de Vereadores e Prefeitos Municipais (*169/95*); e Fundo de Estabilização Fiscal (*449/97*). Nesta última também como segundo vice-presidente. Atuou como suplente nas PECs do Sistema Tributário Nacional (*17/91*); Desregulamentação da Economia (*56/91*); e da que altera o capítulo do Sistema Tributário Nacional (*175/95*).

Paulo Bernardes foi titular em diversos **PLs** (*Projetos de Lei*) como Licitação e Contratos (*PL 146/03*); "Parceria Público-Privada" (*2.546/03*), no qual foi também relator; Agências Reguladoras (*3.337/04*); Código de Trânsito Brasileiro (*3.710/93*). Participou ainda do Processo Licitatório de Microcomputadores (*titular*); do Programa de Estabilização do Governo (*suplente*); do Projeto do Sistema Financeiro Nacional (*suplente*); da Reforma Tributária (*titular*); do Sistema Previdenciário Brasileiro (*suplente*). Participou das **CPIs** (*Comissão Parlamentar de Inquérito*) de denúncias de irregularidades no Inamps (*suplente*); de Entidades de Previdência Privada (*titular*); e

da Reforma Administrativa e o Fechamento de Agências e Postos de Serviços do Banco do Brasil (1991).

Atividades profissionais e públicas

Dentre as atividades profissionais e cargos públicos, Paulo Bernardes foi bancário no Banco do Brasil em Brasília (DF), São Paulo, Cubatão (SP) e Santo Antônio do Sudoeste e Londrina (PR). Foi secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul (1999-2000); ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (2005-2010). Foi ainda diretor da Federação dos Bancários do Paraná (1987-1990). Coursou (1973-1976) Geologia na Universidade de Brasília (UnB).

Ao longo de sua carreira, representou a Câmara dos Deputados, como observador parlamentar na 51ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York (1996). Foi participante do Congresso Nacional ao Debate Ampliado sobre a OCDE da Assembleia Parlamentar da Organização Pan-Europeia de Estrasburgo, França, (1997). Esteve em visita oficial à Estação Antártica "Comandante Ferraz" (1998).

Gabinete Ministerial do Governo Dilma Rousseff

O Gabinete Ministerial da 36ª presidente, Dilma Vanna Rousseff, eleita chefe de Estado e de Governo da República Federativa do Brasil – para um mandato iniciado em primeiro de janeiro de 2011 – compreende 37 ministros de Estado.

Eles estão distribuídos em 24 ministérios; oito secretarias da Presidência; e cinco órgãos com status de ministério. Dos 37 ministros, 26 (70%) podem ser rotulados como políticos: 16 são do PT (Partidos dos Trabalhadores), seis do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), dois do PSB (Partido Socialista Brasileiro), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PDT (Partido Democrata Trabalhista), PP (Partido Progressista) e PR (Partido da República) têm um ministro cada, compondo o Gabinete Ministerial. Os demais ministros são considerados técnicos de carreira ou apartidários. (JCF)

Ministérios (24)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (PMDB) – Wagner Gonçalves Rossi

Ministério da Ciência e Tecnologia (PT) – Aloízio Mercadante

Ministério da Cultura – Ana Maria Buarque de Hollanda

Ministério da Defesa (PMDB) – Nelson Jobim

Ministério da Educação (PT) – Fernando Haddad

Ministério da Fazenda (PT) – Guido Mantega

Ministério da Integração Nacional (PSB) – Fernando Bezerra Coelho

Ministério da Justiça (PT) – José Eduardo Cardozo

Ministério da Pesca e da Aquicultura (PT) – Ideli Salvatti

Ministério da Previdência Social (PMDB) – Garibaldi Alves Filho

Ministério da Saúde (PT) – Alexandre Padilha

Ministério das Cidades (PP) – Mário Negromonte

Ministério das Comunicações (PT) – Paulo Bernardo Silva
Ministério das Minas e Energia (PMDB) – Edison Lobão

Ministério das Relações Exteriores – Antonio Patriota
Ministério do Desenvolvimento Agrário (PT) – Afonso Bandeira Florence
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (PT) – Tereza Campello
Ministério do Desenvolv., Indústria e Comércio Exterior (PT) – Fernando Pimentel
Ministério do Esporte (PCdoB) – Orlando Silva Jr.

Ministério do Meio Ambiente (PT) – Izabella Teixeira
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (PT) – Miriam Belchior
Ministério do Trabalho e Emprego (PDT) – Carlos Lupi
Ministério do Turismo (PMDB) – Pedro Novais Lima
Ministério dos Transportes (PR) – Alfredo Nascimento

Secretarias da Presidência (oito)

Secretaria de Assuntos Estratégicos (PMDB) – Moreira Franco
Secretaria de Comunicação Social – Helena Chagas
Secretaria de Direitos Humanos (PT) – Maria do Rosário
Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial – Luiza Helena de Barros

Secretaria de Políticas para as Mulheres (PT) – Iriny Lopes
Secretaria de Relações Institucionais (PT) – Luis Sérgio Nóbrega de Oliveira
Secretaria dos Portos (PSB) – José Leônidas Cristino
Secretaria-Geral da Presidência (PT) – Gilberto Carvalho

Órgãos com Status de Ministério (cinco)

Advocacia Geral da União – Luís Inácio Lucena Adams
Banco Central – Alexandre Tombini
Casa Civil (PT) – Antonio Palocci
Controladoria Geral da União – Jorge Hage Sobrinho
Gabinete de Segurança Institucional – José Elito Carvalho Siqueira

Fonte: <http://www.presidencia.gov.br/ministros/view> , em 12/01/2011

Acesse, aqui, a lista completa dos ministros responsáveis pelas Comunicações.

agenda

CNASI Courses & Training Dias 21 e 22 de fevereiro de 2011 Brasília (DF) IDETI	Seminário Políticas de (Tele)comunicações Dia 24 de fevereiro de 2011 Brasília (DF) Converge Eventos	Porto Alegre Wireless Dias 2 e 3 de março de 2011 Porto Alegre (RS) Network Eventos
---	--	---

expediente

O TELEBRASIL Em Foco - Notícias é uma realização da equipe de jornalismo da TELEBRASIL.

Tel.: (21) 2244-9494; fax (21) 2542-4092; e-mail: telebrasil@telebrasil.org.br
É permitida a reprodução de qualquer parte do conteúdo desta publicação, desde que citada fonte
(autor, data e veículo).

Caso você não deseje receber o TELEBRASIL Em Foco, por favor [clique aqui](#).